



Agroecologia como instrumento para boas práticas agrícolas

Agroecology as a tool for good agricultural practices

La agroecología como herramienta de buenas prácticas agrícolas

Kemilly Gomes da Silva
Yan Brayan Bueno dos Santos
Samuel Silva de Godoi
Gabrielly Pessoa Brito

RESUMO

Partindo da necessidade de compreender os benefícios presentes na prática da agroecologia, manifestou-se os seguintes questionamentos: qual sua influência sobre o meio ambiente, economia e sociedade? O que leva os agricultores a efetivação dessa prática agrícola? Posto isto, o objetivo desse trabalho busca fornecer argumentos que proporcionem ao leitor maior entendimento sobre o tema e sua relevância a agricultura do país. A metodologia foi realizada por meio de pesquisas sobre o tema “agroecologia” na plataforma *Google Acadêmico* e a seleção de artigos publicados nos últimos anos, onde alcançou-se diferentes reflexões a fim de propor uma discussão que correspondesse ao objetivo proposto. Foi observado que o sistema de agroecologia é grande incentivador da agricultura familiar do país, visto que esta é responsável por 70% do abastecimento de alimentos da população brasileira. Dessa forma, a prática da agroecologia busca promover a aproximação do ser humano com a natureza, o uso de técnicas tradicionais de cultivo, uma economia voltada para a qualificação do pequeno produtor, maior racionamento de terras para plantio, plantações sem interferência de agrotóxicos, atividades responsáveis pela preservação da flora e da fauna, sem degradar e poluir o meio ambiente. E como resultado, a colheita de alimentos saudáveis, a policultura, maior acessibilidade a alimentação por populações carentes e distribuição de renda. Conclui-se que esse tipo de sistema é efetivo não só para a população rural como para todos que consomem alimentos naturais, além de preservar o meio ambiente, alimentar a economia do país e reduzir a exclusão social.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade. Sistema de produção. Policultura. Agricultura familiar.

ABSTRACT

Starting from the need to understand the benefits present in the practice of agroecology, the following questions were raised: what is its influence on the environment, economy and society? What leads farmers to carry out this agricultural practice? That said, the objective of this work seeks to provide arguments that provide the reader with a greater understanding of the subject and its relevance to agriculture in the country. The methodology was carried out

through research on the topic "agroecology" on the Google Scholar platform and the selection of articles published in recent years, where different reflections were reached in order to propose a discussion that corresponded to the proposed objective. It was observed that the agroecology system is a great supporter of family farming in the country, since this is responsible for 70% of the food supply of the Brazilian population. In this way, the practice of agroecology seeks to promote the approximation of human beings with nature, the use of traditional cultivation techniques, an economy focused on the qualification of small producers, greater rationing of land for planting, plantations without the interference of pesticides, activities responsible for the preservation of flora and fauna, without degrading and polluting the environment. And as a result, the harvest of healthy foods, polyculture, greater accessibility to food for needy populations and income distribution. It is concluded that this type of system is effective not only for the rural population but also for everyone who consumes natural foods, in addition to preserving the environment, feeding the country's economy and reducing social exclusion.

KEYWORDS: Sustainability. Production system. Polyculture. Family farming.

INTRODUÇÃO

As atividades realizadas na agricultura industrial e química junto as mudanças climáticas atrapalham diversos processos ecológicos, incluindo a extinção de espécies e ameaças a biodiversidade. A agroecologia é definida como um sistema agrícola sustentável que busca estimular práticas de conservação ambiental, resgatar a dignidade humana dos agricultores e promover inovações científicas sobre a diversidade genética (NODARI e GUERRA, 2015).

Esse tipo de sistema agrícola desenvolve-se em um conjunto de arranjos produtivos socioeconômicos, sejam eles recentes ou tradicionais, referindo-se ao uso de tecnologias que possuem um menor impacto ambiental e baixo custo energético (ALTIERI, 2004).

A prática da agricultura tradicional, por exemplo, constitui-se de sistemas que além de garantirem a segurança alimentar da população rural, também abastecem a humanidade de todo o país. Esta prática promove a conservação da biodiversidade a partir de tecnologias simples e poucos recursos, aumentando o retorno do trabalho e garantindo o cultivo de diversos alimentos (ALTIERI, 2004).

A crescente degradação de solos e nascentes, as catástrofes naturais, o aquecimento global, a fome, a pobreza e a exclusão social têm como uma das principais causas o uso inadequado de práticas presentes na agricultura (VARGAS *et al.*, 2013).

Dessa forma, a agroecologia não visa apenas prevenir danos ambientais, mas reconstruir sistemas de produção degradados pelo homem com vista ao desenvolvimento de estudos que

abordem o manejo ecológico de recursos naturais e a resolução de ações sociais coletivas (VARGAS et al., 2013).

Partindo da necessidade de compreender os benefícios presentes na prática da agroecologia, manifestou-se os seguintes questionamentos: qual sua influência sobre o meio ambiente, economia e sociedade? O que leva os agricultores a efetivação dessa prática agrícola? Posto isto, o objetivo desse trabalho busca fornecer argumentos que proporcionem ao leitor maior entendimento sobre o tema e sua relevância a agricultura do país.

DESENVOLVIMENTO

Por meio de pesquisas sobre o tema “agroecologia” na plataforma *Google Acadêmico* e realizada a seleção de artigos publicados nos últimos anos, alcançou-se diferentes reflexões a fim de propor uma discussão que correspondesse ao objetivo proposto.

Segundo De Shutter (2010, p.1):

“A agroecologia, como modo de desenvolvimento agrícola, não só apresenta fortes conexões conceituais com o direito à alimentação, mas tem resultados comprovados para o progresso rápido na concretização desse direito humano para muitos grupos vulneráveis em vários países e ambientes. Além disso, ela proporciona as vantagens complementares às abordagens convencionais mais conhecidas de desenvolvimento de variedades de alto rendimento. E isso contribui fortemente para tornar mais amplo o desenvolvimento econômico”.

O termo agroecologia possui um significado que vai muito além de como se aplicar a agricultura através da ciência, mas também sobre a enorme influência na sociedade, fazendo jus a um movimento, ao qual sua proposta visa romper o modelo hegemônico de desenvolvimento rural que se baseia no monocultivo, em áreas latifundiárias e no grande modelo capitalista promovendo enorme exclusão social (FERREIRA, 2016).

Os autores Trovatto *et al.* (2017, p.88) explicam que nas últimas décadas, houve importantes avanços no campo do conhecimento agroecológico e orgânico, integrando os saberes tradicionais dos agricultores assentados pela reforma agrária e dos povos e comunidades tradicionais com o conhecimento científico. Entretanto, percebe-se ainda a existência de muitos desafios para que as fragilidades diminuam e haja a garantia da sustentabilidade desses sistemas de produção.

O sistema de agroecologia também se aplica a promover uma reforma político-econômica na agricultura do país, tendo em vista que, essa estrutura

“foi construída desde o período colonial e mantida sob a tutela do progresso técnico na agricultura. A melhoria da produtividade agrícola se efetivou nas grandes e médias propriedades que conseguiram sobreviver a custos de ampliar a área plantada e a escala de produção via mecanismos de mercado. Grande parcela da população rural, residente em pequenas quantidades de terra, sofreu com as consequências negativas, provocadas pela miserabilidade, proletarianização e êxodo rural. Apesar dessa situação, o Estado teve um papel ativo na propagação da ideologia do progresso e proporcionou a conservação de todo um aparato de poder secular em nome da modernização e crescimento econômico do país” (BORGES e SGUAREZI, 2010, p. 125).

Essa reforma se atribui ao incentivo da agricultura familiar, a aproximação do ser humano com a natureza, o uso de técnicas tradicionais de cultivo, uma economia voltada para a qualificação do pequeno produtor, maior racionamento de terras para plantio, plantações sem interferência de agrotóxicos, a uma prática que seja responsável pela preservação da flora e da fauna, sem degradar e poluir o meio ambiente. E como resultado, a colheita de alimentos saudáveis, a policultura, maior acessibilidade a alimentação por populações carentes e distribuição de renda (PAIM, 2017).

De acordo com Gliessman (2000, p. 54):

“a agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consciente, altamente produtiva e economicamente viável. Ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimento e sua aplicação. Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade”.

Ao tocante da agricultura familiar, estima-se que no Brasil cerca de 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros provém do cultivo dos pequenos agricultores, sendo 69% das hortaliças, 70% do feijão, 51% das aves, 83% da mandioca e 58% do leite (ANANIAS, 2015). Contudo o país demonstra pouca preocupação com a população rural presente em pequenas terras, caracterizada pela redução de investimentos e gerando a escassez na produção.

Oliveira et al (2011) ainda ressalta que:

“as famílias envolvidas com a agroindustrialização estão altamente inseridas em sistemas produtivos de grãos, nos quais a comercialização predominante ocorre por meio de intermediários e/ou grandes agroindústrias. Nessas cadeias longas, a capacidade de decisão e autonomia dos agricultores, por exemplo, em relação a preços é bastante pequena. No caso das agroindústrias familiares, o contexto modifica-se. A matéria-prima, em vez de ser vendida por preços reduzidos e declinantes, passa a ser processada, o que agrega valor aos preços recebidos. A comercialização, que antes era realizada por intermediários ou por grandes agroindústrias, agora passa a ser realizada em mercados locais, nos quais predominam relações de confiança e maior capacidade de decisão sobre os preços e as condições de pagamento”.

Visto o conflito entre a agricultura moderna e tradicional e diante a crise cultural, ambiental e política, o sistema de agroecologia representa a ciência e tecnologia em prol dos

pequenos agricultores, consumidores e toda a população interessada em projetos de mudança social, reformulando a agricultura que ainda privilegia os grandes latifundiários (BORGES & SGUAREZI, 2010).

CONCLUSÃO

Diante a leitura e estudo sobre o tema, garantiu-se compreender a tamanha relevância de se utilizar métodos agroecológicos em todo o processo agrícola, possibilitando a análise da sua influência sobre os setores econômicos, sociais, culturais e ambientais do país.

Cabe-se dizer que a busca por um sistema mais amplo que beneficie a grande parte da população, sendo ela a que possui baixo poder econômico, se inicia pela aplicação de um sistema dentro da agricultura capaz de diminuir as altas taxas de fome e miséria no país.

Conclui-se que as estratégias propostas pelo sistema de agroecologia são efetivo não só para a população rural mas também para todos que consomem alimentos naturais, além de preservar o meio ambiente e minimizar danos ao ecossistema, reduzir a exclusão social alimentar a economia do país a partir do comércio familiar e não a exacerbada exportação de grãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. Unindo ecologistas e agricultores tradicionais na busca por uma agricultura sustentável. *Fronteiras em Ecologia e o Ambiente*, v. 2, n. 1, p. 35-42, 2004.

ANANIAS, P. Espaços de vida. *Jornal Folha de São Paulo*, 22 de junho de 2015, p. A3.

BORGES, J. L.; SGUAREZI, S. B. Política de desenvolvimento, produção camponesa e os desafios da agroecologia. *Ateliê Geográfico, Goiânia-GO*, v. 4, n. 4, p.122-146, 2010.

DE SCHUTTER, O. Promoção e proteção de todos os direitos humanos, direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento. Relatório apresentado pelo Relator Especial da Unesco sobre o direito à alimentação, 20 de dezembro de 2010.

FERREIRA, A. P. L. Agricultoras do Pajeú: Feminismo e Agroecologia no Semiárido Brasileiro. *Revista Pegada*, v. 17, n.1, p. 244-262, 2016.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2000.

NODARI, R. O.; GUERRA, M. P. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. *Revista Estudos Avançados*, v.29, n.83, p. 183-207, 2015.

OLIVEIRA, D.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Produzindo novidades na agricultura familiar: agregação de valor e agroecologia para o desenvolvimento rural. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 28, n. 1, p. 17-49, 2011.

PAIM, Alessandra Bonotto Hoffmann. A agricultura urbana e as suas contribuições para a segurança alimentar e o desenvolvimento mais sustentável das pequenas municipalidades: estudo de caso: hortas domésticas no Município de Feliz/RS. 2017.

TROVATTO, C. M. M.; BIANCHINI, V.; SOUZA, C.; MEDAETS, J. P.; RUANO, O. A construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: um olhar sobre a gestão do Primeiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil, Brasília, Ipea, p. 87-116, 2017.

VARGAS, D. L.; FONTOURA, A. F.; WIZNIEWSKY, J. G. Agroecologia: base da sustentabilidade dos agroecossistemas. Geografia Ensino e Pesquisa, v. 17, n.1, P. 173-179, 2013.

